



REQUERIMENTO Nº 46

VII(3.a) - AC

EM 97/10/97

3640
REGISTRO SE PUBLICAR
E EXPEÇA-SE

17 Outubro 1997

[Handwritten signature]

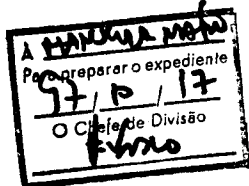
Apresentado por: Deputado RUI NAMORADO, do Partido Socialista

Assunto: ESTÁGIOS DO RAMO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL - LICENCIATURA EM PORTUGUÊS-HISTÓRIA

Os estágios dos ramos de formação educacional, representando uma porta para a docência, não podem ser abertos ao sabor de conveniências ou impulsos pontuais. Têm de ser rigorosamente articulados com o sistema global de habilitações para a docência, de modo a respeitarem, quer um critério de adequação geral, quer um princípio de equidade, envolvendo todos os estabelecimentos de ensino superior público que ministram as licenciaturas que lhes dão acesso. Constituindo um encargo público, não podem, também por essa razão, ser abertos com desrespeito pelos critérios e princípios acima referidos.

Desse modo:

1. Considerando que o curso de Licenciatura em Português-História da Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional das Beiras-Viseu), não compreende, nomeadamente na área de História, componentes científicos em número e profundidade suficientes para os equipararem às licenciaturas em História;
2. Considerando que está longe de haver coerência de recursos docentes nesta área;
3. Considerando que aos licenciados pelo referido curso já é dado acesso ao estágio para a docência no âmbito do grupo 8º A - Português (Código 20) do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário;



4. Considerando haver noticia de que no âmbito da Direcção Regional do Centro foi autorizada a abertura de estágios na área de História para licenciados pela referida licenciatura em Português/História;

Ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, requeiro ao Ministério da Educação as seguintes informações:

- a) Continuam abertos os referidos estágios na área de História para os licenciados em Português/História pela Universidade Católica Portuguesa? Em caso afirmativo, em que estabelecimentos de ensino e por que razão?
- b) Que medidas tenciona tomar o Ministério, no caso da situação referida ainda se manter, para lhe pôr termo?

Os Deputados,

Rui Nuno de

Ricardo Costa

Osório

João

Ricardo

Natalina de Sousa